

## **AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REDE ESTADUAL PAULISTA: “A REDE NÃO APRENDE COM A REDE”.**

**Bruno Gonçalves Lippi**

EMEF Oswaldo Samuel Massei – São Caetano do Sul/SP

EMEF Altino Arantes – São Paulo/SP

Na contemporaneidade, os princípios da modernidade passam a ser questionados, observam-se transformações no campo cultural e social, e o capitalismo reorganiza-se a partir de preceitos neoliberais. Neste contexto, faz-se então uma chamada pública por uma “nova” escola que prepare nossas crianças e jovens para os “novos” tempos. Na iminência de diversos e antagônicos projetos de sociedade e de escola, não por acaso, a formação de professores evidencia-se nos debates acadêmicos contemporâneos. Neste sentido, o objetivo do estudo foi analisar criticamente a política de formação contínua dos professores de Educação Física organizada e implementada pela SEE/SP, tomando como referência, os discursos contemporâneos sobre a formação contínua. Como método de investigação científica, optamos pela bricolagem, como definida por Kincheloe (2007) quando propõe, entre as tarefas do pesquisador, o entretecimento dos pontos de vista dos envolvidos, buscando romper com o reducionismo e a fragmentação dos métodos positivistas. Após o entretecimento, interpretamos que a política estadual de formação contínua de professores insere-se no “pacote” de políticas educacionais neoliberais, que incluem os sistemas de avaliação externa, a remuneração por desempenho e o currículo. Nota-se que a política formativa alinha-se, também, às políticas formativas hegemônicas contemporâneas que apostam na responsabilização, aperfeiçoamento e no mérito individual como valores centrais.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais; Formação contínua; Educação Física.

Na contemporaneidade, encontramos transformações culturais e sociais que têm alterado sensivelmente os comportamentos das pessoas e de grupos sociais. Esse período batizado por alguns sociólogos de “pós-modernidade” tem questionado as estruturas da modernidade que até então sustentavam os principais argumentos que regiam o ambiente escolar. Faz-se então uma chamada pública por uma “nova” escola que prepare nossas crianças e nossos jovens para os “novos” tempos que estão por vir. As tecnologias de informação e comunicação alteraram o processo de produção e divulgação de conhecimentos, o que criou um discurso que todos devem manter-se atualizados, inclusive os professores. A interpretação dessa realidade social que se constitui e a definição por identidades docentes que queremos formar não ocorrem no campo da neutralidade política. Nota-se uma disputa política, ideológica e simbólica constante pela determinação do perfil e das características docentes que devemos privilegiar na formação inicial dos futuros professores e na formação contínua dos professores em exercício. Todas essas questões interferem no debate acerca da formação de professores, daí partiram as seguintes indagações: qual o perfil do professor que almejamos para educar as futuras gerações? Existe a necessidade de nos atualizar tanto quanto estão nos exigindo? De onde partem as pressões para a modificação das políticas de formação permanente dos professores em exercício? As demandas da

contemporaneidade têm exigido mudanças na política formativa que atendem os interesses de quais grupos sociais?

Nesse campo de lutas simbólico, a organização da escola, o currículo, os sistemas avaliativos e os professores estão inseridos e são alvos constantes de políticas públicas produzidas por grupos sociais, que disputam politicamente a construção de um sistema de ensino alinhado com as suas concepções de sociedade. Apesar de várias pessoas e estruturas da educação escolar serem alvo de políticas, consideramos que o professor assume papel importante na educação escolar, portanto decidimos focar os holofotes na discussão acerca formação contínua desse profissional. A partir do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo: 1) Analisar criticamente a política de formação contínua dos professores de Educação Física organizada e implementada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo por meio das ações da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), tomando como referência os discursos contemporâneos sobre a formação contínua.

Para tanto, selecionamos o método da bricolagem para tentar responder as perguntas e as indagações da pesquisa. A bricolagem é uma inovação epistemológica que não se configura um “novo” método de pesquisa. Configura-se como uma nova atitude, um sentido que busca romper com a lógica dominante de produzir conhecimentos. De fato, a bricolagem critica as ciências positivistas que se baseiam em instrumentos de pesquisa tradicionais, ao mesmo tempo, configura-se como uma alternativa para produzir conhecimentos e interpretações da realidade que respeitam os diversos olhares e experiências que permeiam a sociedade multicultural contemporânea. Na bricolagem, a validade e o rigor científico se estabelecem pela multiplicidade de vozes, pela utilização de diferentes métodos de pesquisa e pela explicitação do posicionamento do investigador. Por isso, buscamos as interpretações de pessoas que se localizam em diversas esferas da política formativa da rede estadual, com a intenção de construir uma análise consistente do objeto de estudo. Concomitantemente, aproximamos das discussões e produções acumuladas sobre o objeto de estudo e os fenômenos que interseccionam com o mesmo, entre eles: o contexto pós-moderno; o neoliberalismo; as políticas educacionais; os pressupostos teóricos acerca da formação de professores e; as políticas de formação contínua de professores.

A partir do entretencimento realizado na pesquisa, constatamos que a proposta curricular tornou-se o eixo norteador para as propostas formativas na SEE/SP. O que provocou uma inversão da política formativa, pois o currículo produzido externamente tornou-se referência para as ações formativas, enquanto que as necessidades formativas que partem da realidade social são negligenciadas. De fato, a proposta curricular unificada tornou-se um processo formativo, pois aliada a mecanismos de legitimação da responsabilização individual (discurso da incompetência,

bônus por mérito, carreira) gerou uma “corrida” dos professores por ações formativas que atenda as demandas para o desenvolvimento dessa proposta curricular.

Nota-se, também que a SEE/SP propaga uma política formativa de caráter instrumental, entre outros motivos, enxerga que a participação dos professores em outros espaços sociais é cara e desnecessária, pois, na ótica neoliberal, a administração pública precisa focar os seus gastos, o que significa, na perspectiva da SEE/SP, treinar os professores em conteúdos e métodos – tarefas primordiais para o setor produtivo.

A política formativa colabora para a despersonalização das relações pedagógicas, em nome de política totalitária, desqualifica as ações pessoais alegando que estas ferem os interesses do público. Os neoliberais indignam-se: Como os professores podem definir os conteúdos que a escola ensinará? Na verdade, sob o véu de uma pseudoneutralidade, alegam que precisamos de especialistas para propor um currículo que atenda os interesses da população e não de uma categoria profissional resistente e corporativista. De fato, impõe os interesses privados por meio das instituições públicas, como se fosse desejo da população. Para legitimar o projeto particular usa-se a figura “neutra” e legitimada dos professores universitários. Tudo isso deixa-nos a impressão de que a decisão por qual professor nós queremos formar está delegada a pequenos grupos que definem as políticas educacionais centrais e não ao âmbito da população e das escolas.

O modelo vigente de formação contínua de professores está voltado para a formação de “professores-padrão” e não de professores que respeitem e compreendam as diferenças sociais e culturais que permeiam nossa sociedade contemporânea. Por isso, a SEE/SP sugere uma formação prática que valoriza o professor resolver os problemas do processo ensino-aprendizagem de determinados conteúdos, sem provocá-los à reflexão sobre as finalidades da escola, os conteúdos, os métodos e as avaliações, despilitizando o debate educacional. Neste sentido, a política formativa da rede estadual paulista não está alinhada com os pressupostos para a formação de professores críticos da realidade social. A política formativa da SEE/SP ignora princípios como: o questionamento como uma ação permanente, a escola como lócus de formação e o professor como sujeito histórico. E, por fim, não promove ações formativas que estimulem os professores tornarem-se intelectuais críticos – criadores e autores da sua prática pedagógica.

Na política formativa da SEE/SP existe uma grande contradição, pois vivemos num momento de fartura na circulação de informações e conhecimentos, e a SEE/SP opta por investir numa concepção estrita de política de formação que se alicerça na atualização de métodos e conteúdos. A partir das evidências, no nosso entender, a política de formação contínua da rede estadual organiza-se a partir de referenciais da modernidade e do neoliberalismo, ignorando a nova configuração social que permite diversas possibilidades. A presença da produtividade e da competitividade como valores centrais são outras características da modernidade presentes nas

políticas da SEE/SP. Isto é, em nome destas, posso passar por cima do que já existe para construir o “novo” e “aperfeiçoado”, independentemente dos valores éticos e morais.

Concluimos que a política de formação contínua da SEE/SP juntamente com a proposta curricular, a remuneração por mérito e a reestruturação da carreira do magistério pertencem a um conjunto maior de políticas educacionais que se amparam nos seguintes pressupostos: uma formação individualizada e competitiva, a meritocracia como critério de justiça, a responsabilização individual dos professores, coordenadores e diretores pelos resultados da escola, a falta de prioridade do poder público quanto à política de formação contínua, a desconsideração do projeto político-pedagógico como eixo norteador da formação contínua e o descarte da gestão democrática nas unidades escolares.

Apesar de tudo, a política educacional e formativa da SEE/SP não é tão avassaladora quanto pretende ser, visto que vivemos numa sociedade transitória em que significados sociais estão sendo disputados diariamente. Todavia, consideramos que, mesmo com a presença de grupos de resistência contra-hegemônicos, o curso atual da história não é nada alentador e é pouco provável uma reversão em curto prazo nos valores, nas teorias e nas práticas que permeiam a atual política formativa. Três condições contemporâneas contribuem para a manutenção do paradigma atual: o enfraquecimento das entidades sindicais, a recente precarização da formação inicial e contínua do professor e o apoio irrestrito de poderosos grupos midiáticos ao projeto em curso.

Por isso, lançamos alguns desafios: como estabelecer uma política de formação de professores de caráter contra-hegemônico para disputar com as políticas da SEE/SP em andamento? Como podemos estabelecer formas coletivas para apropriação do conhecimento? Como fazemos para que o conhecimento produzido sirva para construirmos uma sociedade justa e solidária?